No Supremo, Jair Bolsonaro nega ter editado minuta do golpe: “Não procede”

Página 5

Alagoas | 11 de maio | **2025**

Ano 003 | **Número** 580 | **R$** 3,00

Correio Alagoano

Informação com credibilidade



Instagram: @correioalagoano
https://www.instagram.com/correioalagoano/

Facebook: @correioalagoano
https://www.facebook.com/correioalagoano

Fatos na Mira

Página 9

SUS registra alta de atendimentos por vício em aposta



Câmara: o quê prevê a regulamentação dos programas de milhagens



ITA publica concurso para cargos de nível médio e superior



PM nega que mudanças na Academia tenham a ver com a fuga de major

Segurança Pública, Caso está sendo investigado pela corporação e pelo Ministério Público Estadual

Página 7

Risco



Comércio clandestino de fogos é alvo de operação da Semsc em Maceió

Página 3

Cuidados



MP quer informações dos Bombeiros sobre recarga de carros elétricos

Página 4

Alagoas

Programa de Incentivo à Cultura promete R$ 14,2 mi

Página 4

Transparência

Cidadão pode acompanhar gastos públicos com festas

Página 6

Investigação

Operação da PC prende advogado acusado de fraudes

Página 7

Deu Bom!



- Foram 5 dias de imersão e muito conhecimento adquirido! Os alunos e alunas dos 9º anos da Rede Municipal de Ensino foram os protagonistas do projeto "Manda Bem, Arapiraca" com os aulões preparatórios para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O objetivo foi o de fortalecer os conhecimentos, a fim de motivar os estudantes a garantirem um excelente desempenho nas avaliações, contribuindo diretamente para a melhoria da Educação no nosso município. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, mais de 2000 jovens, de 26 escolas do município, participaram das aulas.

- Para valorizar as tradições juninas, o Governo de Alagoas as destina até R$ 1 milhão para premiar, no dia 20 deste mês, 145 grupos culturais, conforme edital.Até 6ª, foram enviadas as propostas para o Prêmio José Lessa Gama 2025, promovido pelo Secult, e que premiará 145 grupos culturais: 55 quadrilhas juninas, 30 grupos de coco de roda, 25 de bumba-meu-boi, 25 trios de forró pé-de-serra e 10 grupos de violeiros/emboladores com valores entre R$ 2 mil e R$ 8 mil.



- A Secretaria do Estado de Trabalho, Emprego e Qualificação (Seteq) oferece esta semana 2.635 vagas com carteira assinada em 23 cargos diferentes e em diversos cargos de atuação profissional. Dentre os cargos ofertados, destaque para: Auxiliar de produção, Operador de Telemarketing em home office, Operador de Telemarketing PCD, Servente, Carpinteiro, Pedreiro, Ajudante de Carpintaria, Armador, Ajudante de armação (30 vagas) e Serviços Gerais. Para mais informações, whastapp (82) 98884-8974 ou pelo e-mail vagas.sinealagoas@gmail.com ou direct do instagram @seteqalagoas.

Deu Ruim!



- O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que é preciso haver uma agenda de médio e longo prazos para encontrar uma saída para a situação fiscal do Brasil. Segundo ele, as contas públicas estão completamente desajustadas, e o país caminha para uma situação de ingovernabilidade fiscal. O deputado afirmou ainda que, se o Brasil não adotar medidas mais estruturantes para organizar as contas públicas, os aumentos de impostos, visando a uma maior arrecadação para cobrir novos gastos, continuarão a ser debatidos.

- Durante a recente visita oficial à França, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a 1ª dama Janja da Silva elevaram as cifras dos gastos públicos com uma conta de R$ 974.459,71 apenas em aluguel de carros de luxo, para circular pela capital francesa. Além do valor já informado anteriormente de mais de R$ 1,2 milhão com hospedagem, o custo do transporte exclusivo reforça a imagem de um governo que, segundo críticos, não economiza com conforto durante viagens internacionais.



- A ministra da Cultura, Margareth Menezes, quer colocar os streamings na berlinda. Ela defende que os serviços paguem taxas para exibir conteúdo internacional. Segundo ela, a iniciativa quer impulsionar o setor audiovisual e ampliar a visibilidade da cultura brasileira nas plataformas, através do Projeto de Lei 2.331/2022 (a "Lei Toni Venturi"), que estabelece contribuição sobre a receita das empresas de vídeo de até 6%. A cobrança pode ser reduzida se houver investimentos diretos em produções nacionais. As plataformas ficam obrigadas a manter 10% de conteúdo nacional nos catálogos.

Correio Alagoano
Informação com credibilidade

Antonio Noya DIRETOR-EXECUTIVO
Jorge Tinoco DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
Luis Vilar EDITOR-GERAL
Iracema Ferro SUBEDITORA
Benedito Lima DIAGRAMAÇÃO

PARA ANUNCIAR (82) 99333.6028
CNPJ 48.999.992/0001-39
E-MAILS correioalagoanocontato@gmail.com
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

ENDEREÇO - Av. Fernandes Lima, nº 8, Sala 406, Caixa Postal S 349 - Farol - Maceió - Alagoas - CEP: 57050-000

Venda clandestina de fogos de artifício é alvo de operação

CENTRO, Ação da Semsc apreendeu mercadoria e comércio foi interrompido

Na manhã de ontem, a Secretaria de Segurança Cidadã de Maceió deflagrou uma operação contra a venda de fogos de artifício no Centro de Maceió. A ação faz parte das medidas preventivas que foram adotadas neste período de festas juninas.

O objetivo é proteger a população e evitar acidentes causados pelo uso inadequado dos produtos.

Durante a ação, no Centro de Maceió, 4 comerciantes foram notificados e tiveram as mercadorias recolhidas por estarem sendo vendidas de forma clandestina, ou seja, sem documentação exigida por lei.



FISCAIS DA SEMSC percorreram o Centro e flagraram venda clandestina

A fiscalização, que se intensifica nesta época do ano, visa não apenas coibir práticas irregulares, mas também orientar os vendedores para que possam atuar de forma segura e dentro das normas legais. O objetivo é garantir que os produtos comercializados estejam devidamente licenciados, contribuindo para um ambiente mais seguro para todos.

Segundo o secretário da Semsc, Eduardo Marinho, a iniciativa tem caráter não apenas corretivo, mas também educativo. "O comércio clandestino de fogos de artifício representa riscos tanto para quem vende, quanto para quem compra. Nosso trabalho é proteger a população. Estamos orientando os comerciantes e promovendo ações que reforcem o cumprimento das normas, para que todos possam aproveitar os festejos com mais tranquilidade", afirmou.

GESTANTES

Saúde Maceió divulga o novo mapa das maternidades

Por conta da reabertura da Maternidade Nossa Senhora da Guia, graças a um esforço da gestão do Prefeito JHC, está em vigor um novo mapa de vinculação das Maternidades para gestantes de risco habitual e de alto risco.

A vinculação da gestante é uma estratégia da Secretaria de Saúde de Maceió (SMS) para garantir assistência de forma regionalizada, evitando a peregrinação da gestante e a superlotação dos serviços. O mapa foi construído com base nos 8 Distritos Sanitários e distribui as gestantes de acordo com a região onde residem e realizam o pré-natal, direcionando para onde elas devem ir na hora do parto. A SMS destaca, que é obrigatória a apresentação da Caderneta da Gestante para ter acesso à maternidade.

JACARECICA

Elevador cai e trabalhadores ficam feridos

A queda de um elevador, numa obra em andamento em Jacarecica, em Maceió, deixou 2 trabalhadores feridos, na manhã de ontem. O acidente ocorreu por volta das 9h10, na Avenida Josefa Vieira de Paula, ao lado da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas.

As vítimas – 2 homens que não tiveram a idade identificada – foram socorridas por equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Corpo de Bombeiros.

Um dos trabalhadores, de acordo com as primeiras informações, sofreu várias lesões e outro precisou ser imobilizado numa prancha rígida. As vítimas foram levadas para o Hospital Geral do Estado (HGE), no Trapiche da Barra.

FLAGRA DO COTIDIANO

cenaurbana.correioalagoano@gmail.com



Reprodução Redes Sociais

Uma denúncia de que um assalto, com reféns, estava ocorrendo numa agência da Caixa Econômica da Ponta Verde, em Maceió, levou um aparato policial, do Bope e da Companhia de Choque, ao local para atender a situação. A movimentação, na tarde de ontem, chamou a atenção de quem trafegava pelo local. Viaturas da Polícia Militar no meio da avenida Álvaro Otacílio, agentes da Segurança Pública fortemente armados se aproximando da agência e um clima de tensão se espalhava pelo local. Tudo foi filmado por motoristas e transeuntes e as imagens logo se espalharam pelas redes sociais. Mas segundo a Polícia Militar, tudo não passou de um "mal-entendido" e que a existência do assalto ou de qualquer risco à ordem pública foi descartada.

MP requer informações do CBM sobre recarga de carros elétricos

Instauração, Objetivo é saber sobre métodos preventivos e situações em garagens de condomínios

Redação

Com o objetivo de tomar conhecimento sobre métodos preventivos de segurança em relação à quantidade de postos de recarga de carros elétricos instalados em condomínios privado em Alagoas, o Ministério Público do Estado – por meio da 66ª Promotoria de Justiça (Urbanismo) – instaurou uma notícia de fato e enviará um ofício ao Corpo de Bombeiros Militar solicitando informações.

A ação se deu após o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Sergipe (CREA/SE) emitir uma nota com um parecer técnico alertando para os riscos de incêndios envolvendo as baterias de íons de lítio. Os especialistas afirmam que esse tipo de recarregamento, principalmente em subsolos, coloca em risco a vida dos moradores em espaços com essa estrutura.

Diante do aumento de veículos elétricos em Alagoas, especialmente na capital, o promotor de Justiça Jorge Dória analisou a nota técnica do CREA/SE e demonstrou preocupação. Ele destaca que, segundo o relatório, incêndios causados pelo superaquecimento dessas baterias são, geralmente, de difícil controle.



Em Sergipe houve recomendação para que recarga seja em área aberta

"É preciso que acendamos o alerta e já nos antecipemos para trabalhar a prevenção. No Brasil, ainda não há uma legislação federal que discipline isso, mas a venda de carros elétricos é crescente e, comumente, os proprietários têm utilizado esse formato para recarregar seus carros, apenas usando as tomadas dos prédios. Acionamos os Bombeiros para colhermos informações e fazer a adoção das providências", destaca Jorge Dória.

De acordo com a Nota Técnica do Crea de Sergipe, o superaquecimento de uma bateria ultrapassar 1.000°C, valor muito acima do previsto em projetos convencionais, ressaltando que estruturas de concreto em situação de incêndio com temperatura a partir de 600°C já tendem a comprometer severamente a integridade estrutural do edifício, podendo levá-lo a colapso total. Além disso, pela potencialidade, compromete a segurança, também, de prédios localizados nas adjacências.

Artes

Iniciativa inédita, Programa de Incentivo à Cultura investirá R$ 14,2 milhões em 1 ano

O Governo de Alagoas lançou ontem, em solenidade no Palácio República dos Palmares, o programa Mais Cultura Alagoas. A iniciativa inédita vai permitir que empresas contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) invistam diretamente em projetos culturais e tenham até 100% do valor deduzido do imposto.

Neste 1º ano, estarão disponíveis R$ 14,2 milhões, o correspondente a 0,3% do valor arrecadado com o ICMS em 2024.

Coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult), por meio da Superintendência de Economia Criativa, Fomento e Incentivo à Cultura (Supecfic), o Mais Cultura Alagoas irá contemplar projetos das 9 regiões administrativas do Estado, nas áreas de artes cênicas, visuais, popular, audiovisual, humanidades, museus e memórias, música, patrimônio cultural, cultura nerd, LGBTQIAPN+, moda e gastronomia, entre outras.

"Essa é uma iniciativa do Governo de Alagoas que vai mais uma vez enriquecer a cultura de Alagoas. É um ponto central do programa de governo, entregamos mais uma política pública para o povo de alagoas. É uma forma de inclusão", ressalta o secretário de Estado de Governo, Vitor Pereira, que representou o governador na solenidade. "É um projeto ambicioso que vai exigir dos atores da cultura muita preparação", ressaltou.

Segundo o edital do programa, as empresas interessadas poderão se enquadrar conforme seu porte, com limites diferenciados de dedução do ICMS. Pelas regras, pequenas empresas poderão investir até 10% do imposto recolhido no ano anterior; médias, até 7%; e grandes, até 4%.

A secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa, Melina Freitas, explica que para ter acesso ao aporte financeiro, os agentes culturais de Alagoas devem submeter seus projetos à Secult, que ficará responsável pela aprovação deles.

"Com essa chancela em mãos, os artistas poderão bater à porta dos empresários alagoanos. A empresa que topar, deve se dirigir à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), que ficará responsável pelo cadastro dos negócios que estarão aptos a patrocinar o projeto cultural", explica.

O secretário de Estado da Comunicação, Wendel Palhares, celebrou o lançamento do programa – um desejo antigo do setor cultural alagoano. "É um momento que a gente espera que a cultura de Alagoas pare de fazer cortes e passe a adicionar qualidade cada vez mais, porque vai precisar de recursos para isso", destacou.

"Eu acho que esse é um momento bastante feliz, e acredito que o Governo do Estado e o setor precisam estar cada vez mais unidos para que a gente possa apresentar para o Brasil como Alagoas tem deixado cada vez mais as páginas negativas para virar as páginas positivas", completou.

No STF, Jair Bolsonaro nega ter editado minuta do golpe

EX-PRESIDENTE defendeu que sempre agiu dentro das 4 linhas da Constituição

Blog do BG



BOLSONARO: 'Primeiramente, precisaríamos ter um fato; depois os conselhos da defesa, coisa que não foi feita'

Em depoimento prestado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) negou ter redigido ou editado qualquer minuta de decreto para anular o resultado das eleições de 2022.

Questionado pelo ministro Alexandre de Moraes sobre o envolvimento com o ex-assessor especial da Presidência Felipe Martins na elaboração do documento, Bolsonaro negou. "Não existiu isso aí. Ele não tem competência para isso".

"Não procede esse enxugamento. Eu conheço muito bem o Felipe. Não procede nada disso", afirmou. "Isso foi colocado em uma televisão e mostrado de forma rápida. A discussão sobre esse assunto foi feita em minutos. Existia uma ideia de estado de sítio. Primeiramente, precisaríamos ter um fato; depois, os conselhos da defesa, coisa que não foi feita", seguiu.

A minuta do golpe, como ficou conhecida, previa a decretação de estado de sítio, prisão de autoridades — entre elas, do próprio Moraes — e a criação de um conselho para refazer as eleições. O documento foi encontrado pela Polícia Federal (PF) na residência do então ministro da Justiça Anderson Torres, durante uma operação autorizada pelo STF.

Na véspera do depoimento de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente, afirmou à Corte que Bolsonaro teve acesso ao documento, leu seu conteúdo e chegou a sugerir alterações. Segundo Cid, o ex-chefe do Executivo pediu a retirada de trechos que mencionavam expressamente a prisão de ministros, embora Moraes ainda figurasse como alvo no texto final. "Foram duas, no máximo três reuniões, em que esse documento foi apresentado ao presidente", disse Cid. O militar detalhou que a minuta era dividida em duas partes: uma introdutória com argumentos sobre supostas interferências do STF e TSE, e uma segunda, com medidas jurídicas de exceção.

PLATAFORMAS DE APOSTAS

Senado: CPI das Bets indicia 16 pessoas, mas Rico Melquiades fica de fora

Em Tempo Notícias

A CPI das Bets, comandada pela senadora Soraya Thronicke, apresentou um relatório com 16 indiciamentos por estelionato, lavagem de dinheiro, publicidade enganosa e associação criminosa envolvendo empresários e influenciadores, como Deolane Bezerra e Virginia Fonseca.

Deolane é apontada como sócia oculta de casa de apostas, enquanto Virginia é acusada de promover plataformas ilegalmente. Apesar de ter prestado depoimento em maio, o alagoano Rico Melquiades não foi incluído na lista.

O relatório também propõe 18 projetos de lei para regulamentar o setor, e será enviado ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União para providências judiciais.



INFLUENCER ALAGOANO prestou depoimento, mas não foi indiciado

A CPI, que teve 7 meses de duração, encerra os trabalhos sem consenso no Senado, enfrentando críticas por episódios midiáticos e falta de foco.

DISTRITO FEDERAL

Lula enfrenta uma rejeição de 62,6%, aponta pesquisa

Em Tempo Notícias

Uma pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas, divulgada ontem revela que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta forte rejeição entre os eleitores do Distrito Federal. Segundo o levantamento, 62,6% dos entrevistados desaprovam a atual gestão federal.

Por outro lado, 34,4% disseram aprovar o governo Lula, enquanto 3% não souberam ou preferiram não opinar.

O estudo também avaliou a percepção da população quanto à qualidade da administração. Para 42,1% dos participantes, o governo é considerado "péssimo". Outros 22,5% o classificam como "regular" e 14,8% como "bom". Já 12,1% o veem como "ruim" e apenas 6,8% o avaliam como "ótimo". O índice de indecisos nesse quesito foi de 1,8%.

A pesquisa ouviu 1.522 eleitores entre os dias 31 de maio e 4 de junho de 2025. O levantamento possui margem de erro de 2,6 pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

Ricardo Stuckert/PR



Alagoas: cidadão pode acompanhar gastos públicos com festas juninas

Transparência, Ferramenta foi apresentada aos prefeitos pelo Ministério Público do Estado

Redação

A população alagoana vai poder acompanhar, por meio de um "Painel de Transparência dos Festejos Alagoanos" dos gastos das administrações municipais com os festejos juninos nos respectivos municípios. A ferramenta foi apresentada pelo Ministério Público Estadual aos prefeitos alagoanos, em evento ocorrido na sede da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).

De acordo com o órgão ministerial, o objetivo é garantir a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que devem ser obedecidos por todas as esferas da administração pública.

A ferramenta terá o apoio ainda do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público de Contas (MP de Contas). O coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, a adesão a essa plataforma, para além da obrigação de dar transparência às contas públicas, "viabiliza um controle social mais efetivo dos gastos realizados pelos municípios e pelo Estado".



Evento na AMA mostrou pormenores sobre o painel de transparência

"O painel possibilita ao cidadão, de forma muito mais atrativa e com um layout de fácil acesso, controlar o valor dos gastos e comparar com outros municípios. Cada município tem o seu orçamento e lá deve estar previsto qual o teto a ser gasto com festejos", acrescentou o promotor, ressaltando que, em 2024, essa ferramenta já havia sido apresentada aos gestores, mas este ano optou-se por uma nova apresentação para reforçar a importância da adesão à iniciativa.

De acordo com ele, ao consultar o "Painel da Transparência dos Festejos Alagoanos", o cidadão e os órgãos de controle podem fazer esse acompanhamento comparando os valores não apenas com o parâmetro orçamentário do próprio município, mas com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade em relação a eventos da mesma natureza em outros municípios.

Maceió

Vereadora denuncia problemas em comunidade no bairro do Farol que está há 2 meses sem água

Os problemas relacionados à falta de água nos bairros de Maceió continuam sendo expostos e debatidos na Câmara Municipal. Durantea sessão de ontem, a vereadora Olívia Tenório expôs que as famílias residentes no Alto da Conceição, no Farol, estão há dois meses sem água, enfrentando uma série de dificuldades, já que a concessionária BRK Ambiental ainda não solucionou as demandas da comunidade.

"Desde o dia 17 de abril, os moradores convivem com a falta de água. Esta mesma população já carrega o peso da tragédia que envolve a empresa Braskem, estando no limite da área de risco, também se vê abandonada quanto ao acesso à água potável. Os moradores já entraram em contato para resolver o problema e se passaram 60 dias, e nada. Quando a água chega é aos poucos e durante a madrugada, permitindo que as famílias consigam encher alguns baldes para suprir as necessidades mais básicas", disse a vereadora.

Ainda em discurso, Olívia Tenório destacou que, ao todo, são 13 ruas afetadas, entre elas, a Rua Manoel Leal, Retiro Saudoso, Gercino Moreira e José de Alencar.

"É nosso dever cobrar a resolução deste problema, e peço ajuda aos demais vereadores, para que a BRK Ambiental e representantes do Poder Público, tratem desse caso com a urgência que merece. São mais de 60 dias com o direito universal de acesso à água sendo desrespeitado. Precisamos que a BRK resolva a situação destas famílias que todos os dias enfrentam esse calvário que é estar sem água", reforçou a vereadora.

Ainda na sessão de ontem, os parlamentares repercutiram temas como as etapas finais do Plano Diretor de Maceió, que será encaminhado para debate na Câmara Municipal, e as tratativas sobre a cessão do Mercado de Jaraguá após o imbróglio envolvendo Governo do Estado e Prefeitura.


Acesse o site emtemponoticias.com e leia a versão online do Correio Alagoano.
+ Informações
+ Interação
+ Moderno


Correio Alagoano
Informação com credibilidade

PM nega que a mudanças em Academia tem a ver com fuga

SEGURANÇA, Caso está sendo investigado pela corporação e também pelo Ministério Público

Redação

Após a fuga do major Pedro Silva, que conseguiu sair da Academia da Polícia Militar, fazer familiares reféns e assassinar o filho e ex-cunhado, o comando da PM realizou mudanças na direção da própria Academia. A fuga do major, que foi morto em confronto com homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) ao resistir à prisão após o cometimento dos crimes, está sendo investigada tanto pela própria PM quanto pelo Ministério Público Estadual.

Apesar das mudanças ter ocorrido após Pedro Silva ter conseguido fugir, o comando da Polícia Militar de Alagoas diz que as alterações não têm nada a ver com o episódio ocorrido no final de semana passado. O major se encontrava preso desde janeiro deste ano e cumpria pena por violência doméstica, mas conseguiu escapar da custódia, levantamento questionamentos sobre a segurança e a gestão da unidade.

Segundo a Polícia Militar, as mudanças são parte de um processo rotineiro da corporação que visa "oxigenar a tropa e dinamizar a gestão no serviço policial militar".

O Boletim Geral da PM traz a transferência do coronel Mario Antônio de Oliveira Xavier Barros, que foi para o Comando de Policiamento Especializado (CPE). O coronel Carlos Azevedo assumiu a direção da Academia da Polícia Militar.



COMANDO-GERAL afirma que mudança foi baseada em experiência

A corporação informa que esta decisão apenas levou em conta os currículos dos oficiais e as experiências destes na área operacional em cargos considerados estratégicos.

Em nota divulgada à imprensa, a Polícia Militar ainda coloca que essas alterações permitirão ainda uma "maior isenção nas investigações" relacionadas à fuga do major Pedro Silva, reforçando o compromisso da corporação com a transparência e a apuração dos fatos.

Além de trocar o comando da Academia, houve mudanças envolvendo outros seis militares, que – conforme a Polícia Militar – também não tem relação direta com a fuga do major.

O crime envolvendo o major Pedro Silva também está sendo investigado pela Polícia Civil de Alagoas. O caso ocorreu no dia 7 de junho, quando o major invadiu a casa da ex-mulher, localizada no bairro do Prado em Maceió. Ele chegou a manter 5 pessoas como reféns e cometeu o duplo homicídio.

DINPOL

Operação Praedatorius Patronum prende no PR advogado acusado de fraudes em Capela

A Polícia Civil de Alagoas (PCAL), por meio da Diretoria de Inteligência Policial (Dinpol), deflagrou no final de semana a Operação Praedatorius Patronum (Patrono Predatório, em latim) e prendeu preventivamente um advogado no estado do Paraná. A ação teve início a partir de uma comunicação do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), que apontava possíveis irregularidades cometidas pelo advogado num processo que tramita na comarca de Capela-AL. Os fatos só foram divulgados ontem.

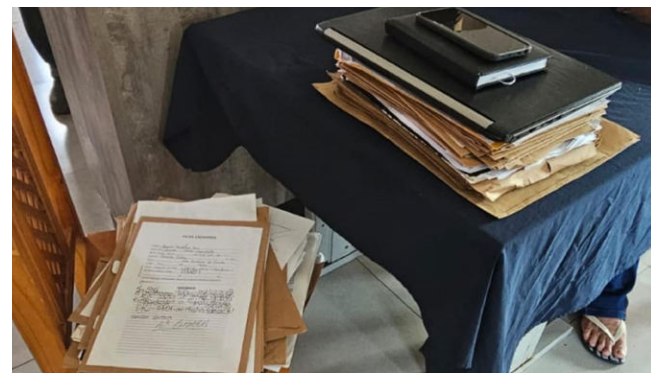
As investigações revelaram que o suspeito teria praticado crimes como fraude processual, falsidade ideológica e patrocínio infiel. Ele atuava num processo civil representando uma pessoa que sequer tinha conhecimento da existência da ação ajuizada supostamente em seu benefício.

Diante dos fatos, a PCAL representou pela expedição de mandados judiciais, que foram deferidos pela Comarca de Capela.

A equipe da Dinpol, sob coordenação do delegado Thales Araújo, deslocou-se até a cidade de Paranavaí, no Paraná, onde contou com o apoio do Núcleo de Inteligência da Polícia Civil do Paraná (PCPR) e com o suporte tático-operacional da 8ª Subdivisão da PCPR, sob coordenação do delegado Francisco Gilson Filho e do chefe de operações da 8ª SDP, Marcelo Trevizan.

Durante o cumprimento dos mandados — ao todo, seis de busca e apreensão e um de prisão preventiva — foram apreendidos computadores, celulares e diversas documentações referentes à atuação do investigado em processos no estado de Alagoas.

"O delegado Thales Araújo também enfatiza a parceria entre as instituições. Mais uma operação interestadual exitosa realizada pela Polícia Civil de Alagoas, com apoio da Polícia Civil do Paraná.



PROCESSO revela ainda falsidade ideológica e patrocínio infiel

A integração das forças policiais em todo o Brasil aprimora o conhecimento das práticas criminosas, aumenta a eficiência das operações policiais e cria mecanismos de prevenção e repressão contra o crime", disse o diretor da Dinpol/PCAL. Todo o material apreendido será analisado para aprofundar a apuração e reunir mais provas da materialidade dos crimes supostamente cometidos pelo advogado no exercício da profissão.

CRB e CSA tinham até ontem para contratar e regularizar jogadores

Janela de junho, Regatianos e azulinos reforçam os times para o 2º semestre

GE

A janela de transferências de junho fechou ontem, e CRB e CSA já não podem mais buscar reforços. Até agora, os grandes da capital alagoana contrataram juntos 9 jogadores nessa abertura.

Segunda-feira passada, o CRB inscreveu o atacante William Pottker (ex-Atlético-GO) no BID e já havia registrado o meia Geovanni (ex-Paysandu), o atacante Dadá Belmonte (ex-América-MG) e o lateral-esquerdo Léo Campos (ex-Joinville). Léo, inclusive, foi relacionado para o jogo contra o Avaí, mas não estreou.



Ao todo, CSA e CRB contrataram 9 jogadores neste período

O meio-campista Crystopher Ribeiro, do União de Leiria-POR, encaminhou acerto com o Galo na última 2ª e esperava regularização ontem. Quem também estava no radar do CRB era o atacante Borasi, do Paysandu, mas havia concorrência no mercado pelo atleta.

O CSA contratou e regularizou 4 jogadores até agora nesta janela: o meia Luciano Naninho (ex-Volta Redonda), o lateral-direito Diogo Batista (ex-Água Santa), além do atacante Matias Cavalleri (ex-Paysandu) e do volante Léo Costa (ex-Inter de Limeira).

Naninho, inclusive, estreou na vitória sobre o América-RN no último sábado, pela Copa do Nordeste. Diogo ficou no banco, mas não entrou.

Quando fechar a janela de junho, de acordo com a programação da CBF, outra será aberta apenas em 10 julho e encerrada em 2 de setembro.

Série C

CSA não tem boa lembrança do confronto com contra o Floresta, em Maceió, no ano passado

GE

O CSA recebe o Floresta na próxima 2ª feira, pela 9ª rodada da Série C. A partida está marcada para as 19h30, no Estádio Rei Pelé. Os azulinos não têm boas lembranças do último encontro com a equipe cearense, em 14 de julho do ano passado.

Em 2024, também em Maceió, com um público total de mais de 17 mil torcedores, o Floresta venceu por 2 a 1. Lohan e Alisson Santana fizeram para os visitantes; Robinho descontou.

A equipe azulina iniciou a partida em 11º lugar, com 14 pontos. O resultado contra o Floresta interrompeu a sequência de 3 vitórias (Confiança, Figueirense e ABC).

Sob o comando do técnico Higo Magalhães, o CSA enfrentou o Floresta, com: Yuri Sena; Lucas Marques (Raphinha), Eduardo Biazus, Matheus Santos e Roberto; Gustavo Nicola (Dudu Miraíma), Buga (Iury Tanque) e Bryann; Gustavinho (Robinho), Tiago Marques e Vitor Leque (Foguinho).

Dos jogadores que estiveram em campo, Roberto, Nicola, Brayann, Gustavinho e Tiago Marques seguem no clube.



CSA perdeu para o Floresta, por 2 a 1, no Estádio Rei Pelé, em julho de 2024

Agora, o cenário é diferente. Além da Série C, o CSA está classificado para as oitavas de final da Copa do Brasil e avançou para as quartas do Nordestão.

A equipe azulina ocupa a 6ª colocação da Série C, com 13 pontos. O Floresta está em 9º lugar, com 12.

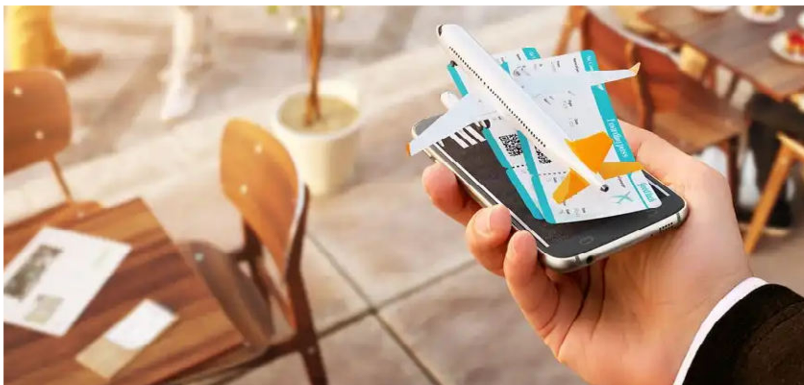
SUS TEM ALTA DE ATENDIMENTOS POR VÍCIO EM APOSTA

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), afirma que o vício em apostas é um problema grave e que os jogos devem receber regulamentação similar a do cigarro, com forte controle sobre propaganda e alertas dos riscos de dependência. Ele defende que as próprias plataformas de aposta notifiquem os jogadores sobre os riscos e façam contato com profissionais de saúde. "A gente pode dar um passo além do cigarro, que é na própria plataforma ter mecanismos de acolhimento, de atendimento com profissional, disparar isso [quando o apostador está há muito tempo na plataforma]", disse o petista.

O Sistema Único de Saúde (SUS) apontam para uma alta de atendimentos ambulatoriais relacionados a "transtorno do jogo" e "mania de jogos de aposta". Em 2018, foram 111 casos registrados, o que subiu para 1.292 em 2024. Na leitura de integrantes do governo, esse número ainda não reflete o cenário da dependência no país.

Em relatório divulgado em maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) disse que o "número de atendimentos" pode estar subestimado e "que as iniciativas de detecção precoce de casos de dependência são escassas".

O QUE PREVÊ A REGULAMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MILHAGENS



Em pauta na sessão deliberativa da Câmara dos Deputados de ontem, o projeto de lei 2.767/2023 propõe a regulamentação dos programas de milhagens oferecidos por companhias aéreas e demais programas de fidelidade. O texto dispõe sobre prazo de validade das milhas, critérios para aquisição e vendas dos ativos, entre outros.

Originalmente, a proposição de autoria do deputado Amom Mandel (Cidadania-AM) legislava apenas sobre milhas. Porém foram juntados outros projetos de lei que dispõem sobre programas de fidelidade. Com isso, o relator da matéria, deputado Jorge Braz (Republicanos-RJ) apresentou um substitutivo contemplando os assuntos abordados pelo projeto original e pelos apensados. Dessa forma, o texto a ser votado em plenário ficou diferente do inicial. Para a equipe de Amom Mandel, as mudanças colocam em questão se as milhas serão tratadas como "instrumento de fidelização com flexibilidade de uso sob controle do consumidor, ou como ativos regulados com implicações patrimoniais mais complexas". Um dos pontos de maior mudança é a possibilidade de venda de milhas.

O texto disciplina sobre os programas instituídos ou administrados por fornecedores de bens e serviços visando a retenção de clientes, englobando programas de milhagens fornecidos ou administrados por companhias aéreas e demais programas de fidelidade. Conforme o relator, o entendimento seguido é o mesmo apontado pelo deputado Celso Russomano, de que "as milhas são verdadeiros ativos, comercializados diretamente pelas empresas aéreas e por empresas intermediárias e não apenas bonificações dadas gratuitamente ao consumidor sem nenhuma contraprestação pecuniária". Por isso é permitida a venda no substitutivo.

"Entendemos que não permitir a venda dos pontos para terceiros pode se configurar em prejuízo ao consumidor que não poderá transacionar esses direitos adquiridos", argumentou o deputado. " A permissão para a venda de pontos e milhas de programas de fidelidade e milhagens para terceiros é uma medida estratégica que visa promover um mercado mais dinâmico e acessível. Restringir essa possibilidade impõe uma limitação significativa aos consumidores, que ficam impedidos de transacionar seus direitos adquiridos", completou.

A matéria também altera a validade das milhas. Enquanto o texto do deputado amazonense prevê validade de 3 anos, o substitutivo do parlamentar fluminense propõe um sistema mais sofisticado. Segundo o texto, as milhas compradas são imprescritíveis. Os pontos e milhas que não exijam transferência monetária dos clientes terão validade de 30 meses, 2 anos e meio. Após serem expirados, os ativos podem ser reativados, dentro de 24 meses, mediante pagamento de taxa. [Congresso em Foco]

ITA PUBLICA CONCURSO PARA CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR

Saiu o edital do concurso público para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Com salários que passam dos R$ 14 mil, o edital oferta 100 vagas distribuídas entre cargos de níveis médio e superior em diferentes áreas. As inscrições estão previstas para terem inicio no dia 1º de julho. Saiba todos os detalhes a seguir.

Distribuição das vagas:
Nível médio
Técnico I: 25 vagas
Nível superior
Pesquisador: 15 vagas
Tecnologista: 20 vagas
Professor: 50 vagas
As vagas estão distribuídas entre a sede da instituição, localizada em São José dos Campos, em São Paulo, e entre o novo campus de Fortaleza/CE.

Remuneração:
A remuneração dos aprovados varia entre R$ 5.844,94 a R$ 14.192,64, dependendo do cargo. Para concorrer a uma das vagas, os interessados devem ter a escolaridade mínima exigida dentro das áreas estabelecidas no edital.

Inscrições:
Os interessados devem realizar a candidatura entre 1º de julho e 8 de agosto diretamente pelo site do ITA (http://www.ita.br/concurso2025). A taxa de inscrição varia de R$ 180,00 a R$ 200,00.

Etapas e Seleção:
O concurso ITA contará com as seguintes etapas de seleção:
Prova escrita – para todos os cargos;
Prova de Projeto de Pesquisa – apenas para o cargo de professor;
Prova Didática – apenas para o cargo de professor;
Prova de Títulos – para todos os cargos, com exceção do cargo de nível médio;
Prova escrita e discursiva – apenas para o cargo de Tecnologista;
Prova Oral – para todos os cargos, com exceção do cargo de professor.

Operações feitas em Alagoas são destaque em relatório de CPI

Brasília, Delegado Lucimério Campos falou em Comissão sobre o trabalho feito no Estado

Redação

As operações Game Over e Game Over 2, conduzidas pela Polícia Civil de Alagoas (PC), foram apontadas como referência na luta contra fraudes em plataformas ilegais de apostas online durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets, no Senado.

Em depoimento à comissão, o delegado Lucimério Campos detalhou as investigações que desmantelaram esquemas envolvendo influenciadores digitais e casas de apostas clandestinas.

A CPI revelou que o mercado de apostas movimentou entre R$ 89 bilhões e R$ 129 bilhões no Brasil em 2024, destacando a gravidade das irregularidades no setor. As ações da PC foram fundamentais para expor práticas fraudulentas, como o uso de "contas demonstração" por influenciadores, que simulavam lucros fictícios em vídeos promocionais para atrair vítimas com promessas de ganhos rápidos.

Iniciadas a partir de denúncias de vítimas em Alagoas, as operações identificaram prejuízos superiores a R$ 15 milhões na 1ª fase. As investigações resultaram em acordos de colaboração premiada com influenciadores e, em alguns casos, no ressarcimento de vítimas. Um dos investigados chegou a se comprometer a construir um prédio para a Delegacia de Estelionatos.



Lucimério Sarmento defendeu necessidade de endurecer legislação

Lucimério Campos defendeu, durante seu depoimento, a necessidade de endurecer a legislação penal para responsabilizar plataformas e influenciadores envolvidos em esquemas fraudulentos. Ele também apresentou casos de apostadores que perderam patrimônios inteiros devido a propagandas enganosas.

O relatório final da CPI recomendou a criminalização da publicidade predatória de apostas e outras medidas legais, inspiradas nas investigações conduzidas pela PC, reforçando o papel de destaque da instituição no combate a crimes cibernéticos no Brasil.

Segurança dos trabalhadores

Sesau participa da abertura da IV Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, em Maceió

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) participou da abertura da IV Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O evento acontece no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, em Maceió, e vai até a hoje com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas à saúde laboral.

Com o tema "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano", o evento é promovido pelo Conselho Estadual de Saúde (CES/AL) e tem o apoio da Sesau. A conferência busca aprofundar o debate sobre a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros e humanizados, além de propor ações para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) em Alagoas.

O secretário-executivo de Ações de Saúde, Guilherme Lopes, representou o titular da Sesau, médico Gustavo Pontes de Miranda, durante o evento.

"É uma honra representar o doutor Gustavo, que não mediu esforços para ajudar na realização dessa conferência. Esse tema é de fundamental importância para o Governo Paulo Dantas. Estamos atentos a essa questão e sempre buscamos priorizar a segurança dos trabalhadores da saúde de Alagoas. Por meio de encontros como esse, podemos discutir melhorias para que possamos seguir avançando ainda mais no tema", frisou Guilherme.

Para a coordenadora do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), vinculado à Sesau, Elizabeth Macedo, que também faz parte da organização do evento, o encontro vai proporcionar o fortalecimento das políticas públicas de saúde laboral.

"É um momento ímpar, onde teremos a participação social de sindicatos das diversas categorias, pensando e refletindo para que possamos aprimorar as políticas voltadas ao trabalhador. Queremos agradecer a todo o apoio da Sesau para a realização do evento e por priorizar a questão', disse.

Ainda segundo Elizabeth, a programação foi organizada em torno de 3 eixos temáticos. O 1º aborda sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Já o 2º, trata sobre as novas relações de trabalho. Por fim, o 3º tema foca na participação popular na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras para a efetivação do controle social.

A conferência reúne representantes de sindicatos, movimentos sociais, conselhos de saúde, gestores públicos e profissionais da área.

Durante a abertura, o presidente do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas, Maurício Sarmento, destacou que a conferência reafirma o compromisso com a defesa de direitos fundamentais.

"Falar sobre a saúde do trabalhador é abordar cidadania, dignidade e justiça social. Queremos assegurar que as vozes da classe trabalhadora sejam ouvidas e que as políticas públicas sejam orientadas por suas reais necessidades", pontuou Sarmento.

Também participaram da abertura, representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRT/AL) e de entidades sindicais.



felipe1camelo@gmail.com | @felipecamelooo

"Tradição e Cultura"

Movimento nesta manhã na Casa Jorge de Lima (na Praça Sinimbu), onde às 9h, o embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres compartilha conhecimentos na conferência "Brasil/África tradição e cultura", atividade da Academia Alagoana de Letras que celebra em 2025 seus 105 anos de fundação e resistência.

Autoretrato



"Sinusite aguda. Pulmões limpos. Bora cuidar. Se vacinem. Pelo que vi hoje na Unimed, metade de MCZ está gripada. #vacinas-salvam ". **Alerta** da queridíssima Carol Gusmão

Acervo pessoal



Mãe "coruja", querida Dione celebrando a vida e + 1 aniversário de seu **João Omena Paranhos** no último dia 9. Na carinhosa legenda, "Hoje aniversário de meu João. Feliz aniversário, filho, que seus sonhos se realizem todos, te amo". Caríssimo Miguel segue como extremoso pai da incrível família. Parabéns

Felipe Camelo



Mesmo rapidinho, prazerzão encontrar na última 2ª feira a querida e talentosa estilista **Juliana Falcão**, que foi destaque no Renda-se Moda Festival 2024, mas totalmente concentrada na consolidação de sua marca, nesta edição, preferiu não se inscrever. É isso aí, foco lindona

SOLARA
ÁGUA MINERAL NATURAL

MASTEROP
OPERADORA TURÍSTICA

Suprema Corte manda prender Cristina Kirchner na Argentina

Internacional, A condenação já havia sido confirmada por 2 instâncias da Justiça

G1

A Suprema Corte de Justiça da Argentina determinou ontem a prisão da ex-presidente Cristina Kirchner. Os juízes rejeitaram um recurso que tentava anular uma condenação a 6 anos de prisão por corrupção. Com a decisão, Cristina pode ser detida a qualquer momento.

A condenação já havia sido confirmada por duas instâncias da Justiça argentina. Cristina, no entanto, aguardava em liberdade a análise do recurso apresentado à Suprema Corte.

Diante da possibilidade de prisão, a ex-presidente convocou apoiadores a se mobilizarem e irem às ruas contra a decisão. Segundo o jornal Clarín, há bloqueios em rodovias que dão acesso à cidade de Buenos Aires.



Ex-presidente pode ser presa a qualquer momento

Cristina recebeu o resultado da decisão na sede do Partido Justicialista, em Buenos Aires. Dezenas de apoiadores se aglomeraram em frente ao edifício.

Na semana passada, Cristina havia anunciado a intenção de disputar as eleições legislativas de setembro, tentando uma vaga como deputada pela província de Buenos Aires. Com a rejeição do recurso, ela é considerada inelegível e não poderá concorrer.

Cristina Kirchner governou a Argentina por dois mandatos, entre 2007 e 2015. Mais tarde, foi vice-presidente durante o governo de Alberto Fernández, de 2019 a 2023.

Por ter mais de 70 anos, ela ainda pode solicitar a conversão da pena para prisão domiciliar.

PL

Idade não deve ser atenuante para casos de crime de estupro, decide Senado

Agência Senado

Menores de 21 anos na data do crime ou maiores de 70 anos na data da condenação não terão mais a pena diminuida em caso de condenação por estupro, em razão da idade. O fim da atenuante para casos de violência sexual recebeu aval do Senado, ontem, e segue para sanção presidencial.

O Projeto de Lei (PL) 419/2023 determina que "o atenuante de idade não poderá ser invocado para diminuir a pena ou reduzir o prazo de prescrição de crimes que envolvem violência sexual contra as mulheres". Ou seja, o projeto quer impedir que estupradores mais jovens ou mais velhos tenham a pena diminuída apenas por causa da faixa etária.

A justificativa da proposta é "ampliar o alcance da proteção legal conferida às vítimas de crimes sexuais, incluindo expressamente crianças e adolescentes, ao lado das mulheres", diz o texto.

"Ao impedir que o agressor se beneficie de atenuantes ou da redução dos prazos de prescrição com base em sua idade nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a medida contribui para o fortalecimento da proteção à infância e à adolescência, em consonância com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil", conforme a justificativa do projeto.



Senado aprovou PL, que segue agora para sanção presidencial

De autoria da deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ), a proposta foi aprovada ontem em plenário após ser aprovada nas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ), com relatoria da senadora Dorinha Seabra (União-TO). O PL modifica os artigos 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Política

Caiado culpa Lula pelo 8 de Janeiro

O governador de Goiás e pré-candidato à Presidência, Ronaldo Caiado (União Brasil), elevou o tom contra o governo federal ao responsabilizar diretamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelos ataques extremistas de 8 de Janeiro de 2023. Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, na 2ª feira passada, Caiado atribuiu os eventos à "ausência e incompetência" do petista. "Você acha que se eu estivesse na presidência da República ia deixar o baderneiro quebrar o Congresso Nacional?", questionou o governador, em clara tentativa de se posicionar como alternativa de pulso firme para 2026.

A estratégia de Caiado inclui uma crítica direta ao modelo de governança de Lula. Para o governador goiano, o presidencialismo não comporta uma figura "amorfa" no comando do país, e o atual presidente estaria falhando em pacificar as relações entre os Poderes. "Na ausência do presidente, os outros Poderes tomam conta do governo e anulam o poder do presidente", afirmou, em referência velada ao protagonismo do Judiciário no atual cenário político. Em movimento calculado para atrair o eleitorado bolsonarista, Caiado anunciou que seu 1º ato como presidente, caso eleito em 2026, seria conceder anistia "ampla, geral e irrestrita" aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro.